

CURSO: Orientações para Elaboração de Projetos do FECOP

Instrutor: Jimmy Oliveira

Módulo II

1.Roteiro para Elaboração de Projetos

1.Desenhos de Programas Sociais

1.Elementos para Elaboração de Projetos

1.O Marco Lógico no âmbito dos Projetos do FECOP

1. Roteiro para Elaboração de Projetos

1.Descrição do Projeto

2.Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

3.Diagnóstico

4.Justificativa

5.Histórico

6.Público Alvo

7.Objetivos

8.Atividades

9.Produtos

10.Metas

11.Resultados Esperados

12.Integração de Ações

13.Monitoramento

14.Pressupostos de Risco

15.Orçamento

2. Desenhos de Programas Sociais

Desenhos de Programas Sociais

Conceitos Básicos: Programas e Projetos Sociais

Um projeto social é a unidade mínima de alocação de recursos que, através de um conjunto integrado de atividades pretende transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema.

Os projetos devem cumprir as seguintes condições:

- ✓ Ter objetivos claramente definidos (se têm objetivos imprecisos não podem ser avaliados);
- ✓ Identificar o público-alvo à qual está destinado; e
- ✓ Especificar a localização espacial dos beneficiários.

Desenhos de Programas Sociais

Conceitos Básicos: Programas e Projetos Sociais

Um programa social é um conjunto de projetos que têm os mesmos objetivos.

A política social é um conjunto de programas que visam aos mesmos objetivos.

Nesta perspectiva, a política se traduz operacionalmente em programas e projetos que a concretizam mediante a alocação de recursos para a implementação destes.

Modelo Lógico e a Teoria do Programa

O Modelo Lógico serve para explicitar a teoria do programa, e deve ser visto como um instrumento de pré-avaliação para verificar se um programa está pronto para ser gerenciado com foco nos resultados.

Nesse sentido, a construção do modelo lógico permite verificar se o programa está bem desenhado e permite o alcance dos resultados esperados.

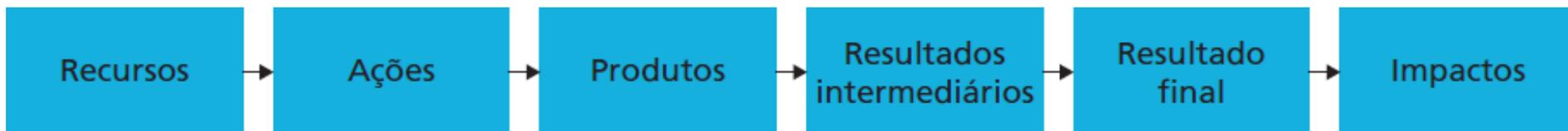
Ou seja, se o desenho do programa contemplou a delimitação e a explicação do problema a ser enfrentado com a intervenção e se as ações planejadas têm como referências mudanças nas causas do problema.

Em muitos casos a teoria não é explicitada de forma detalhada, o que dificulta a análise de adequação dos projetos propostos.

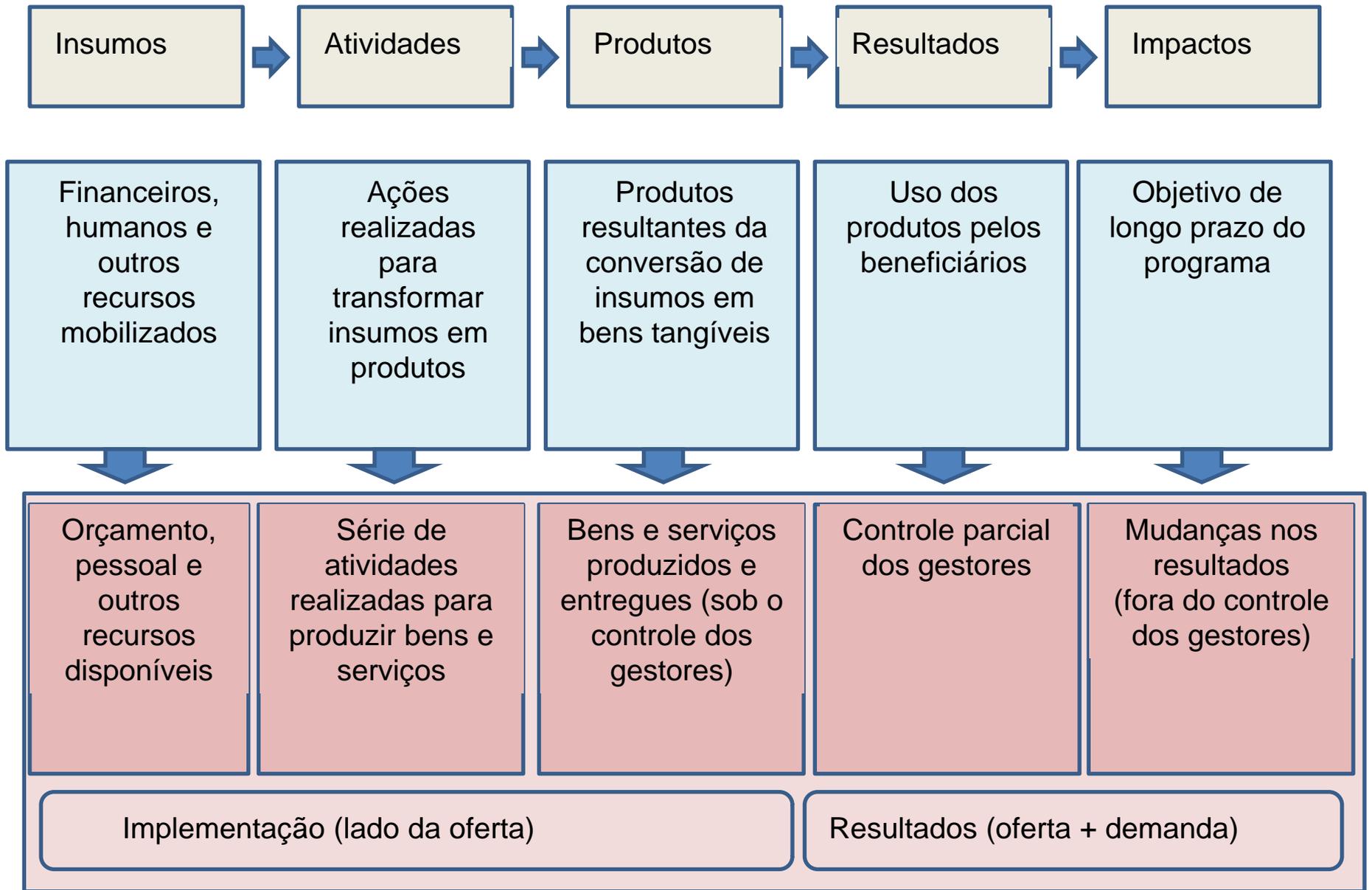
Modelo Lógico e a Teoria do Programa

Os elementos do modelo lógico são: recursos, ações, produtos, resultados e impactos, assim como as hipóteses (estrutura lógica) que suportam essas relações.

Figura 1 – Estrutura Lógica



Fonte: Ferreira, Cassiollato e Gonzalez (2007)



Fonte: Gertler et. al. (2011).

Modelo Lógico e a Teoria do Programa

O processo de formulação do modelo lógico do programa deverá contribuir para garantir as seguintes condições:

- definição clara e plausível dos objetivos e resultados esperados do programa;
- e
- identificação de indicadores relevantes de desempenho, que possam ser obtidos a um custo razoável.

Atendidas essas condições, o modelo lógico serve como um organizador para desenhar avaliação e medidas de desempenho, focalizando nos elementos constitutivos do programa e identificando quais questões devem ser colocadas para avaliação e quais medidas de desempenho são relevantes.

Componentes do Modelo Lógico

Para a elaboração dos projetos do FECOP foram definidos dois componentes para a construção do modelo lógico, conforme a seguir descrito:

1. Explicação do problema e referências básicas do programa (objetivos, público-alvo e beneficiários); e
2. Estruturação do programa para alcance de resultados (resultado final e impactos).

O primeiro componente combina aspectos metodológicos do ZOPP (a árvore de problemas), descritores do problema na situação inicial e identificação de causas críticas e a explicitação de critérios de priorização de beneficiários.

O segundo componente tem origem em propostas de autores de modelo lógico.

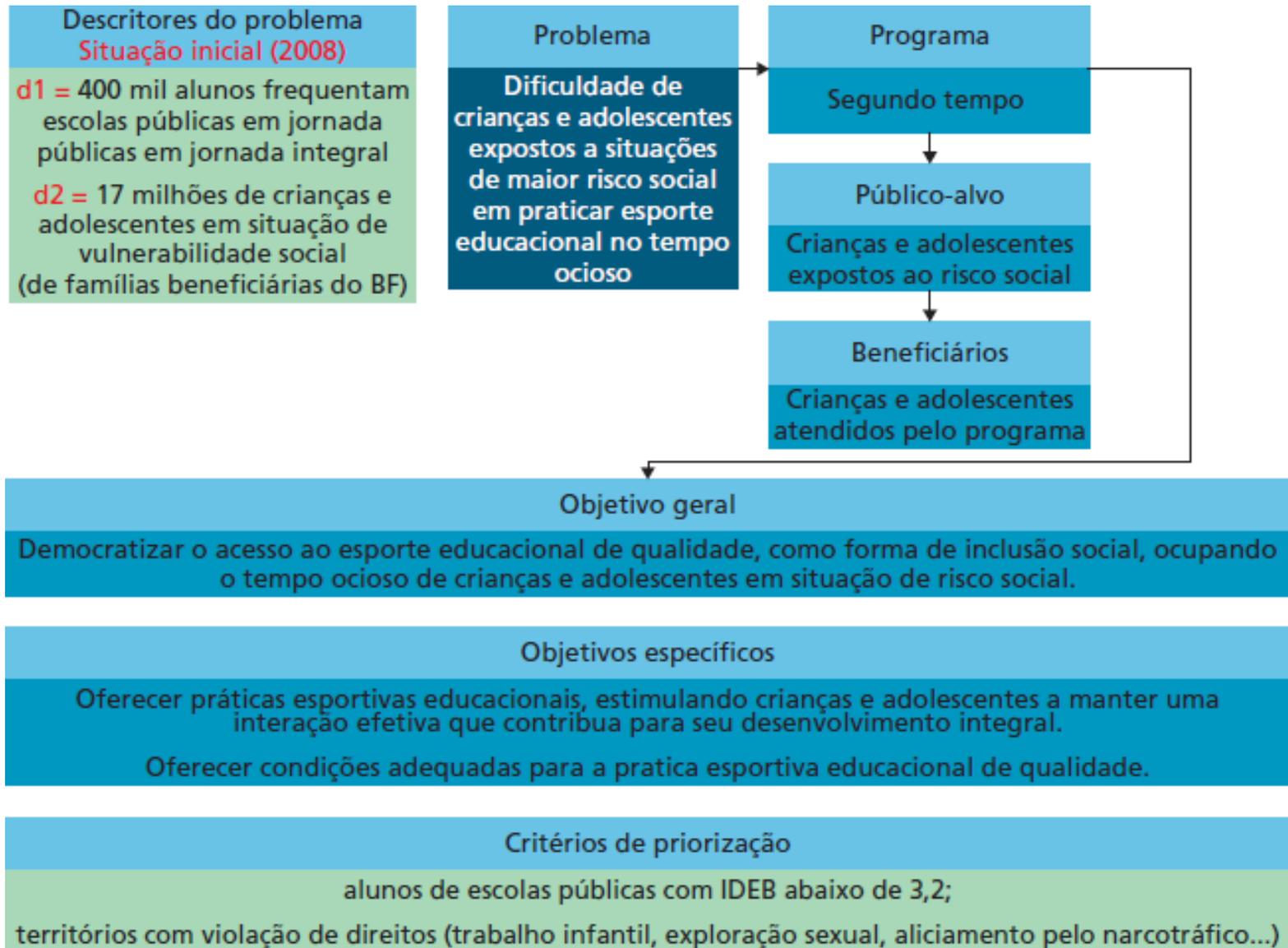
Explicação do problema e referências básicas do programa

As referências básicas apresentam o enunciado do problema e os descritores na situação inicial, e os atributos que delimitam o campo de atuação do programa, quais sejam: objetivos, público-alvo e beneficiários, bem como os critérios para seleção das pessoas que serão atendidas pelo programa.

Os descritores cumprem o papel de enumerar de forma clara os fatos que mostram que o problema existe e tornam mais preciso o enunciado do problema, para que o mesmo possa ser verificável por meio da enumeração dos fatos que o evidenciam.

Os descritores também são importantes para auxiliar na construção posterior dos indicadores de resultados finais, sendo que, algumas vezes, já aparecem formulados de forma direta como indicadores.

Figura 2 – Referências Básicas do Programa Segundo Tempo



Explicação do problema: Árvore de Problemas

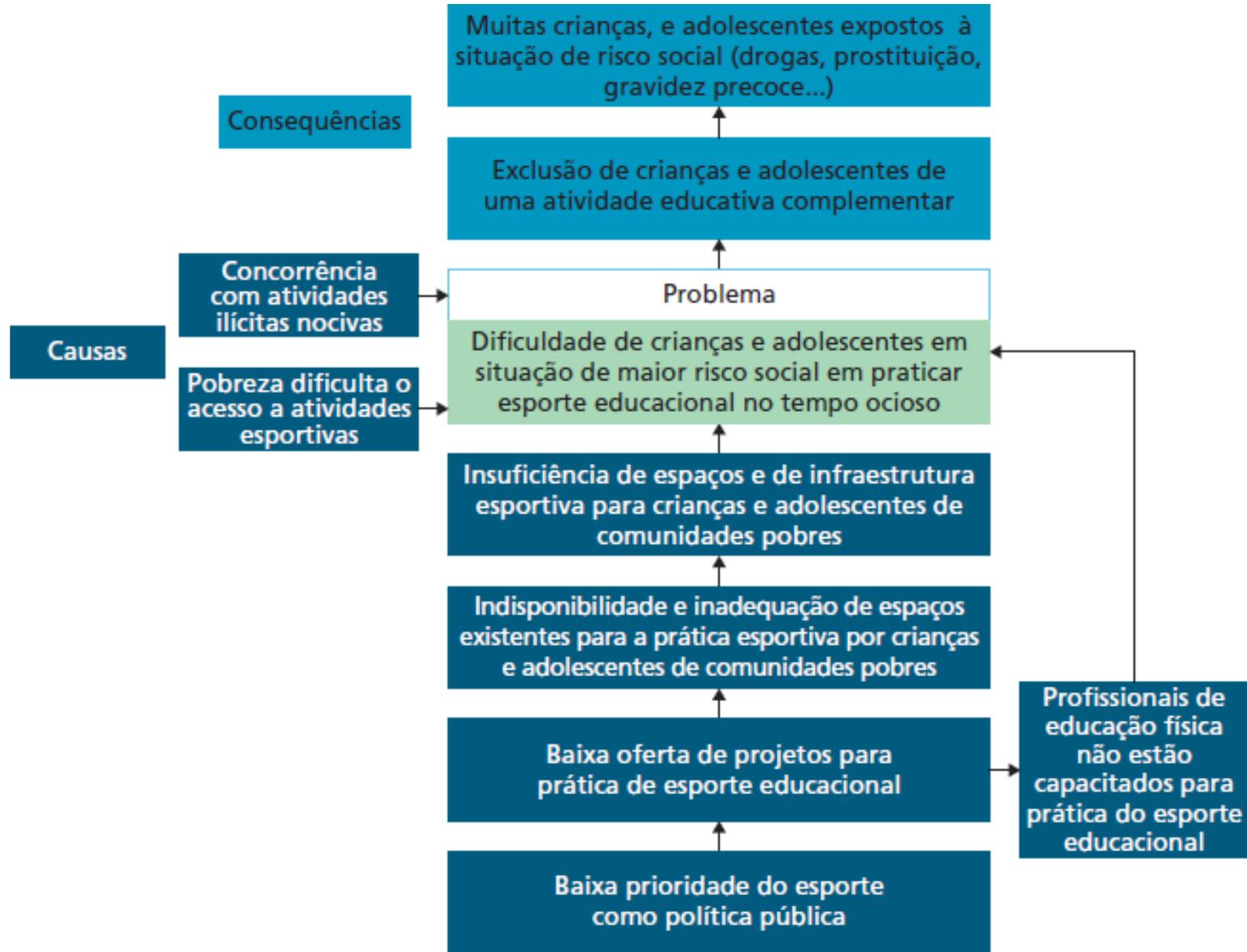
Após enunciar o problema e seus descritores, inicia-se o processo de explicação do problema identificando as suas causas e consequências. Nesse momento, deve-se explorar todas as relações causais necessárias a explicação do problema.

Os vínculos de causalidade deverão ser dispostos no formato de árvore de problemas. A árvore é organizada em torno de um problema central, e os demais problemas serão definidos ou como causas ou como consequências do problema central.

Essas diferenciações entre os níveis de problemas (se central, ou causas e consequências) são importantes para orientar as ações efetivas para a mudança prevista pelo programa.

Para garantir a mudança pretendida na situação problema, as ações do programa deverão intervir em causas selecionadas como críticas.

Figura 3 – Explicação do Problema



Explicação do problema e referências básicas do programa

Ao se definir qual é o problema a ser enfrentado, o objetivo geral é mais facilmente identificado, que é exatamente a mudança da situação do problema.

O público-alvo fica evidenciado e torna-se mais claro definir quais ações irão integrar o programa, dado que estas devem estar orientadas para alterar as causas do problema.

A explicitação dos critérios de priorização dos beneficiários é essencial para orientar as ações do programa nos casos de insuficiência de recursos para atender todo o público-alvo.

Estruturação do programa para alcance de resultados

As ações do programa devem estar orientadas para mudar causas críticas do problema – aquelas sobre as quais se deve intervir pelo seu maior efeito para a mudança esperada.

A estruturação do programa, tendo em vista o alcance de resultados, deve ser apresentada em cinco colunas: recursos, ações, produtos, resultados intermediários e resultado final.

Na coluna ações, deverão ser incluídas todas as ações do programa – desde que gerem algum produto que contribua para um resultado.

O produto é aquilo que é diretamente gerado pela ação do programa. Pode ser que o produto de uma ação seja um recurso necessário ou uma pré-condição para que outra ação aconteça.

Estruturação do programa para alcance de resultados

As duas últimas colunas se referem aos resultados do programa.

A coluna do resultado final deve conter em geral apenas um enunciado, que está diretamente relacionado ao objetivo do programa, refletindo a mudança no problema.

Já a coluna de resultados intermediários evidencia mudanças nas causas do problema e reúne os resultados que, partindo dos produtos do programa, levam àquele resultado final.

Tanto o resultado final quanto os resultados intermediários devem ser verificáveis e, portanto, não podem ser enunciados de maneira genérica.

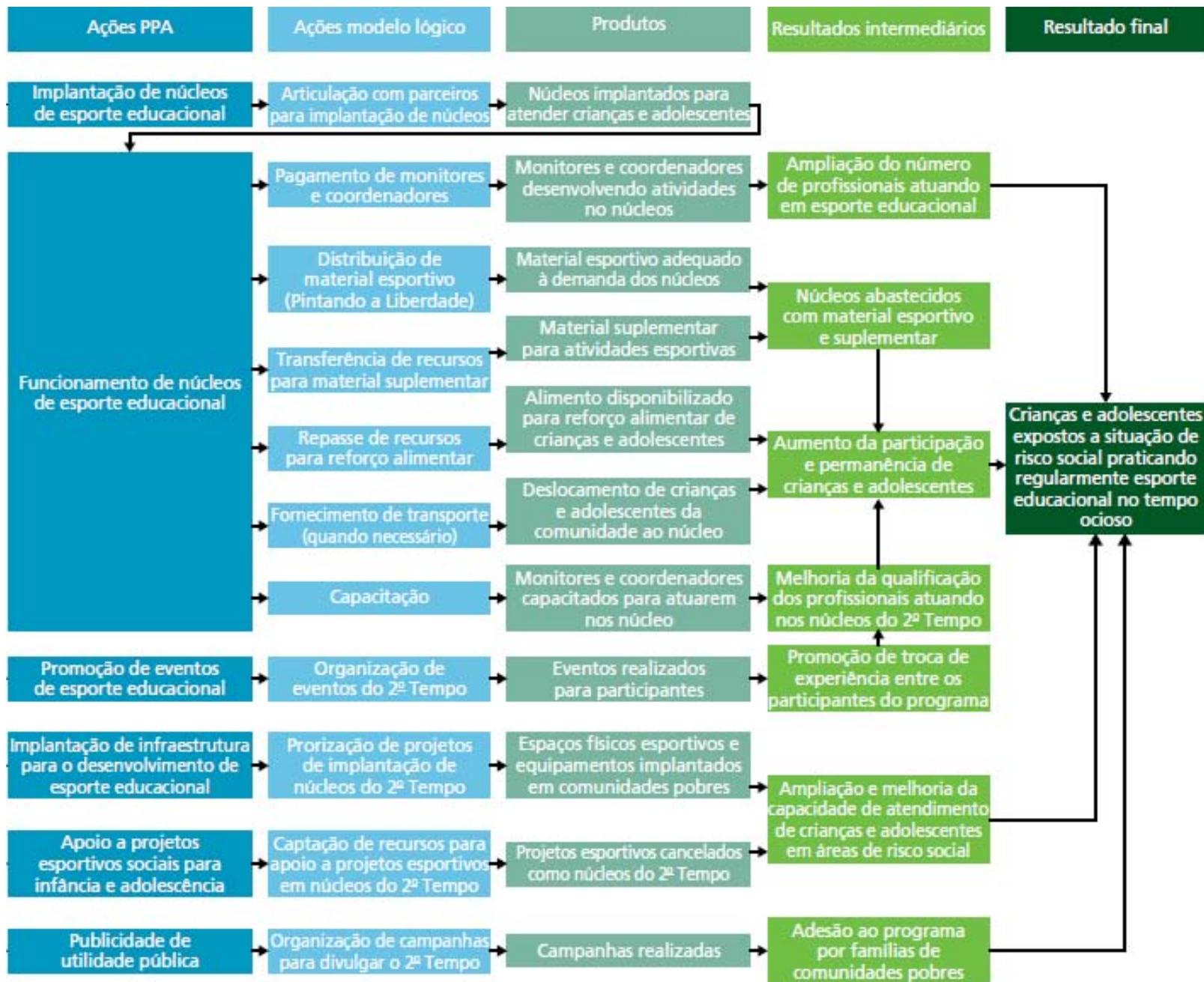
Estruturação do programa para alcance de resultados

Um resultado intermediário pode ser consequência de um ou mais produtos; da mesma forma, um produto pode contribuir para mais de um resultado intermediário.

O importante é que os vínculos causais estejam adequadamente representados no fluxograma, de forma que seja possível ver claramente a relação entre aquilo que o programa deve produzir e o resultado a que se propõe.

A definição dos resultados intermediários provavelmente será a parte mais complexa da pré-montagem. Pode ser preferível definir primeiro o resultado final, e depois uni-lo a cada um dos produtos do programa por meio de um ou mais resultados intermediários.

Figura 4 – Estruturação do programa para alcance de resultados



Estruturação do programa para alcance de resultados

Se esse exercício se mostrar inverossímil, talvez o resultado final esteja muito distante do que o programa realmente faz: considere propor a sua reformulação.

Uma vez incluídos todos os elementos nas colunas e construídos os vínculos causais, cabe revisar a consistência da estruturação lógica montada, questionando se os resultados intermediários são todos necessários e, no seu conjunto, suficientes para produzir o resultado final;

Também se os produtos são efetivamente capazes de gerar os resultados intermediários; e assim por diante.

Efeitos Diretos x Efeitos Indiretos

Muitas vezes, os programas se justificam pelos impactos esperados, cujos efeitos não podem ser somente atribuídos ao programa, apesar de poderem decorrer diretamente do alcance do resultado final.

Embora os impactos sejam muito relevantes, o que importa é deixar explícito o compromisso dos dirigentes com o alcance do resultado final, e que este seja algo factível de ser mensurado e aferido em tempo oportuno.

Neste momento de construção da estrutura lógica do programa, fica evidente a importância de se elaborar uma representação adequada dos vínculos causais, de forma que seja possível contemplar claramente a relação entre aquilo que o programa deve produzir e o resultado a que se propõe.

Figura 5 – Efeitos Diretos e Indiretos



Verificação do Modelo Lógico

Ao final do processo de montagem do modelo lógico, recomenda-se que algumas questões essenciais para o desenho da avaliação sejam tratadas, conforme a seguir.

- 1) O nível de detalhe é suficiente para criar entendimentos dos elementos e suas interrelações?
- 2) A lógica do programa está completa?
- 3) A lógica do programa está teoricamente consistente, ou seja, todos os elementos ajustam-se logicamente?

3. Elementos para Elaboração de Projetos do FECOP

Diagnóstico

Um projeto existe para satisfazer necessidades, provocar mudanças em situações e condições negativas que afetam determinada população. O foco nas mudanças pretendidas é o que constitui o cerne da ação estratégica e impede o projeto de considerar as atividades desenvolvidas e os produtos gerados como um fim em si mesmo.

É a partir do problema e da análise de suas causas que se projeta sua solução. É a partir da compreensão e interpretação do problema que são apontadas as alternativas para enfrentá-lo.

Para se chegar a uma construção adequada do problema, é necessário especificar como o fenômeno se apresenta ao longo do tempo e do espaço. Portanto, a elaboração de um diagnóstico implica a coleta e análise de dados e informações, de natureza quantitativa e qualitativa.

Principais fontes de dados para realização de diagnósticos

Censo Demográfico

- Periodicidade: Decenal.
- Os censos demográficos constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos - distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais.
- Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores; e
- Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

Principais fontes de dados para realização de diagnósticos

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- Periodicidade: Anual (exceto em anos de censo e em 1994).
- Os dados da PNAD são coletados por meio da aplicação de dois questionários: Básico e Suplementar.
- O Básico investiga anualmente, de forma contínua, aspectos socioeconômicos da população, tais como: demografia, educação, trabalho, rendimento e habitação.
- O Suplementar investiga, com periodicidade variável, características sobre saúde, segurança alimentar, acesso aos programas sociais, entre outros temas.
- Uma característica importante da pesquisa que se deve ter em mente é que ela não permite a divulgação de dados para municípios, apenas para estados. No máximo, pode-se desagregá-los para regiões metropolitanas e zonas urbana e rural.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Suplementos:

- 2013: i) Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Celular para Uso Pessoal e ii) Segurança Alimentar;
- 2011: Acesso à Internet e posse de telefone celular para uso pessoal;
- 2009: i) Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil e ii) Segurança Alimentar;
- 2008: i) Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde e ii) Acesso à Internet e posse de telefone celular para uso pessoal;
- 2007: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional;
- 2006: i) Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil e ii) Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais;

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Suplementos:

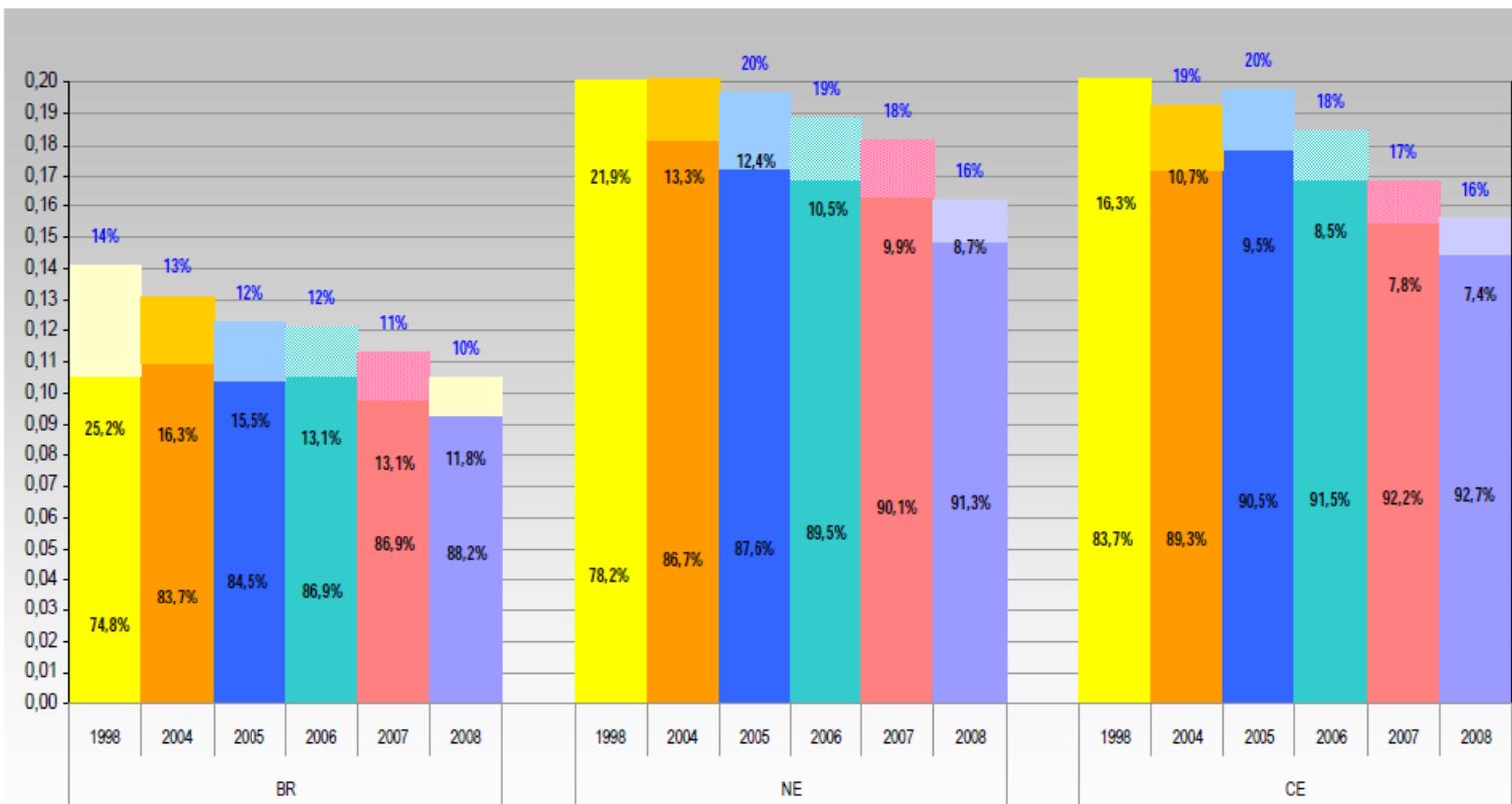
- 2005: Acesso à Internet e posse de telefone celular para uso pessoal;
- 2004: i) Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais e ii) Segurança Alimentar;
- 2003: Acesso e Utilização de Serviços de Saúde;
- 2001: Trabalho Infantil.

•Pesquisas Especiais:

- 2008: Pesquisa Especial de Tabagismo.

NOVA LEI DE RATEIO DO ICMS – DIAGNÓSTICO NA EDUCAÇÃO

Analfabetismo Escolar

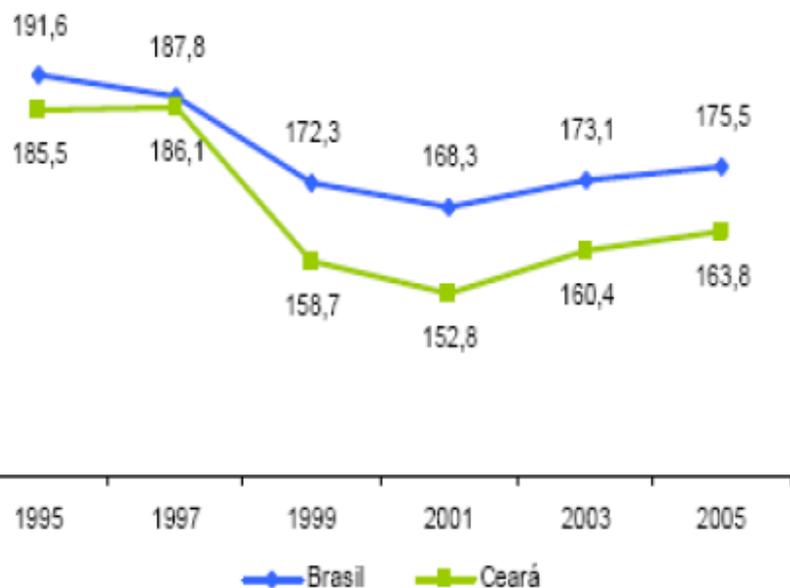


LEGENDA:
■ Percentual da População Analfabeta
■ Percentual dos Analfabetos que não frequentam a escola
■ Percentual dos Analfabetos que frequentam a escola

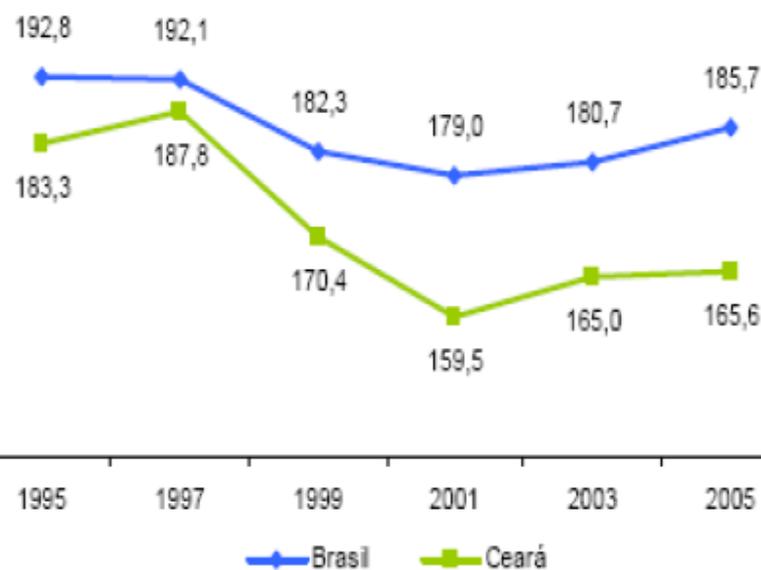
Fonte: PNAD/IBGE.

NOVA LEI DE RATEIO DO ICMS – DIAGNÓSTICO NA EDUCAÇÃO

Evolução das Médias de Proficiência em Língua Portuguesa - 4ª série do E.F.



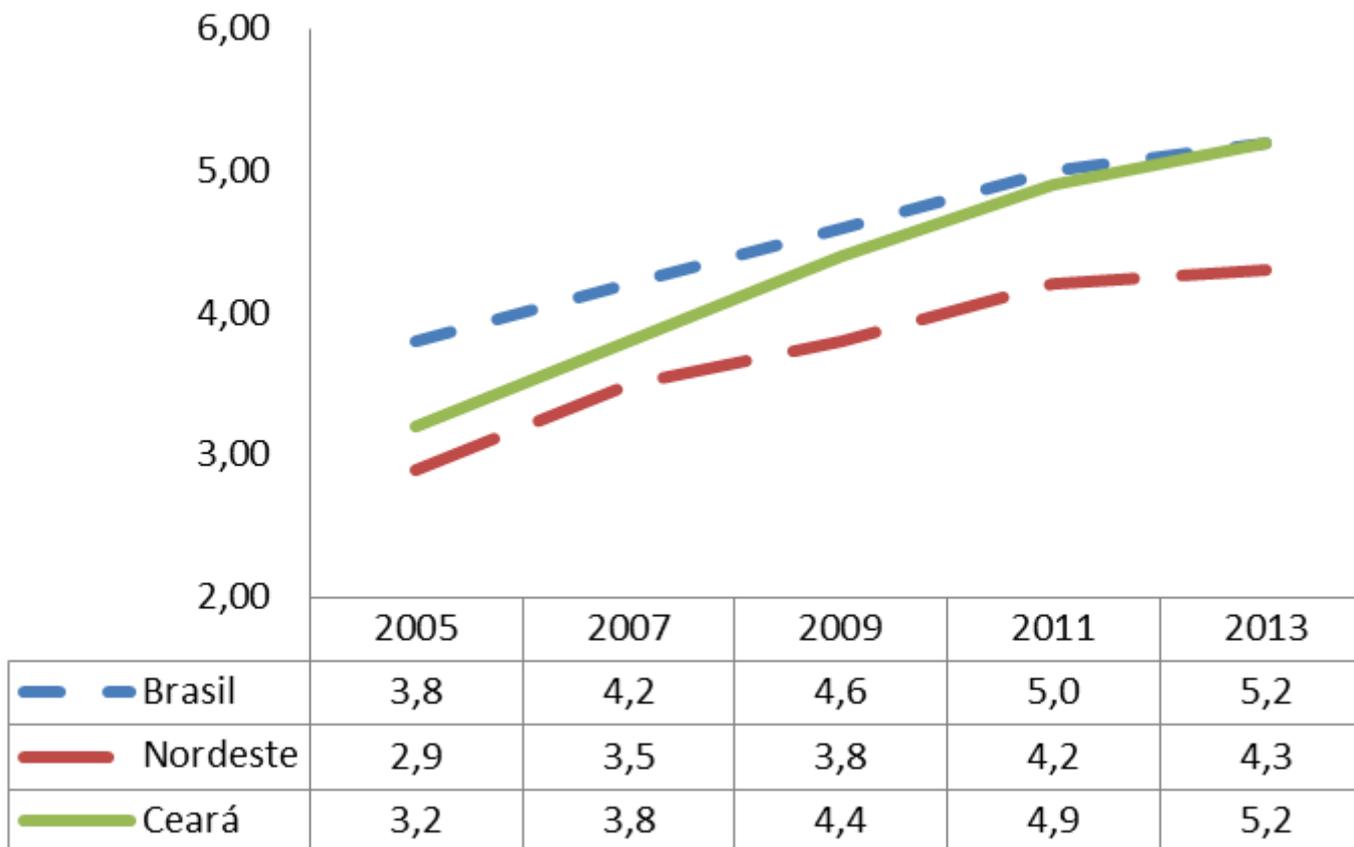
Evolução das Médias de Proficiência em Matemática - 4ª série do E.F.



Fonte: INEP - SAEB

RESULTADOS – DESEMPENHO ESCOLAR

Gráfico 1 – IDEB Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Brasil, Nordeste e Ceará (2005-2013)



Público-Alvo

Um aspecto central no processo de elaboração de uma intervenção social consiste em definir quem são os indivíduos, os grupos, as famílias ou as regiões que serão alvo da ação do projeto.

Quando se busca identificar e extrair do conjunto de população ou do conjunto dos territórios aqueles que serão alvo de uma intervenção, existe um processo de focalização.

Os critérios de focalização podem ser diversos: geográfico ou territorial, socioeconômico (renda familiar, etário, etc.), institucional (indivíduos ou famílias que frequentam determinada instituição) ou por carências específicas (desnutridos ou portadores de uma doença específica, por exemplo).

Público-Alvo

Ao definir a população-alvo, será definida também a cobertura do projeto, ou seja, qual proporção da população afetada pelo problema será atendida.

As razões para dimensionar a cobertura devem ser explicitadas. Frequentemente, em projetos sociais os meios (recursos) acabam por definir a meta de cobertura.

Um ponto importante para dimensionar a eficácia de um projeto ou programa é a avaliação da cobertura. Esta consiste em verificar se, e em que medida, o público alvo original foi efetivamente atingido pelas ações do programa, se outros grupos não previstos foram beneficiados.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN

O programa consiste na realização de visitas domiciliares e encontros comunitários para o acompanhamento e treinamento dos pais ou cuidadores (pessoas que passam mais tempo cuidando da criança - irmãos, tios ou avós) das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses que estão fora das creches.

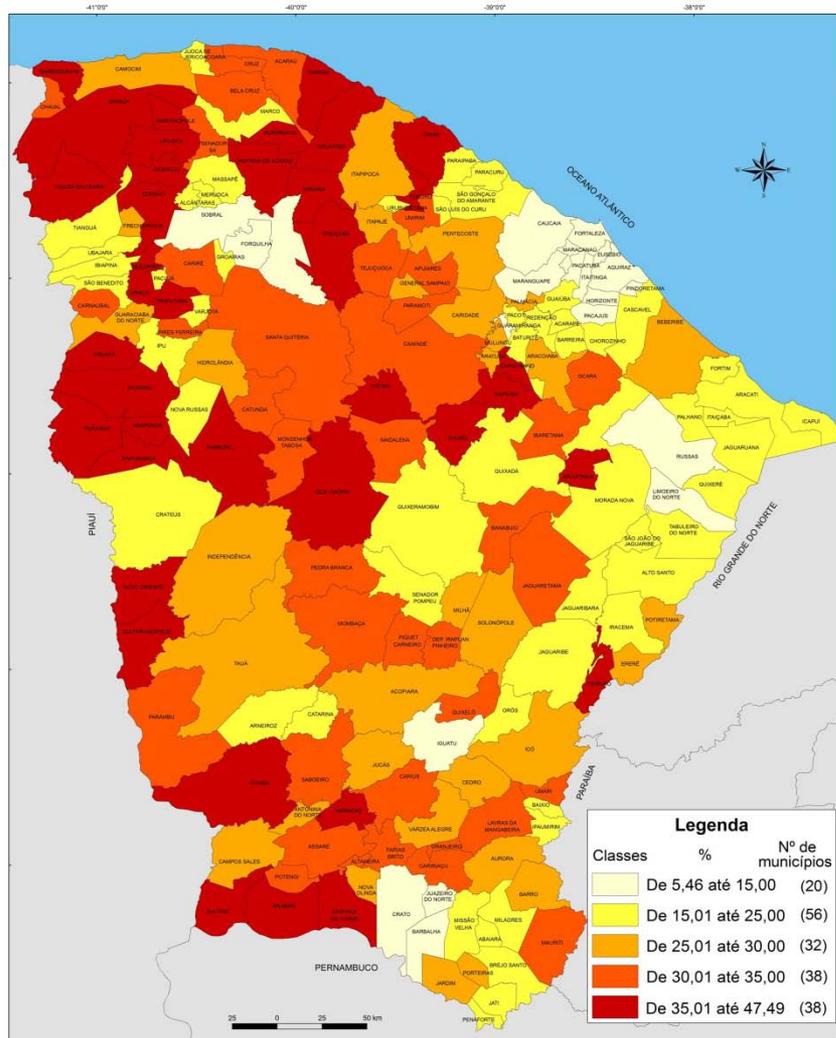
O objetivo é apoiar o desenvolvimento cognitivo das crianças a partir da formação de competências familiares que propiciem o bem-estar físico e social, a maturidade emocional, desenvolvimento cognitivo, habilidades de comunicação e conhecimentos gerais.

PÚBLICO-ALVO PADIN

O PADIN irá cobrir 36 (trinta seis) municípios e 02 (dois) distritos de Fortaleza que apresentam os maiores percentuais de famílias em condição de pobreza extrema, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010.

Serão selecionadas famílias com crianças de 0 a 2 anos e 11 meses cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADUNICO com renda familiar per capita inferior a R\$ 70, excluindo-se os benefícios dos programas federais de transferência de renda condicionada.

População extremamente pobre -municípios do estado do Ceará - 2010

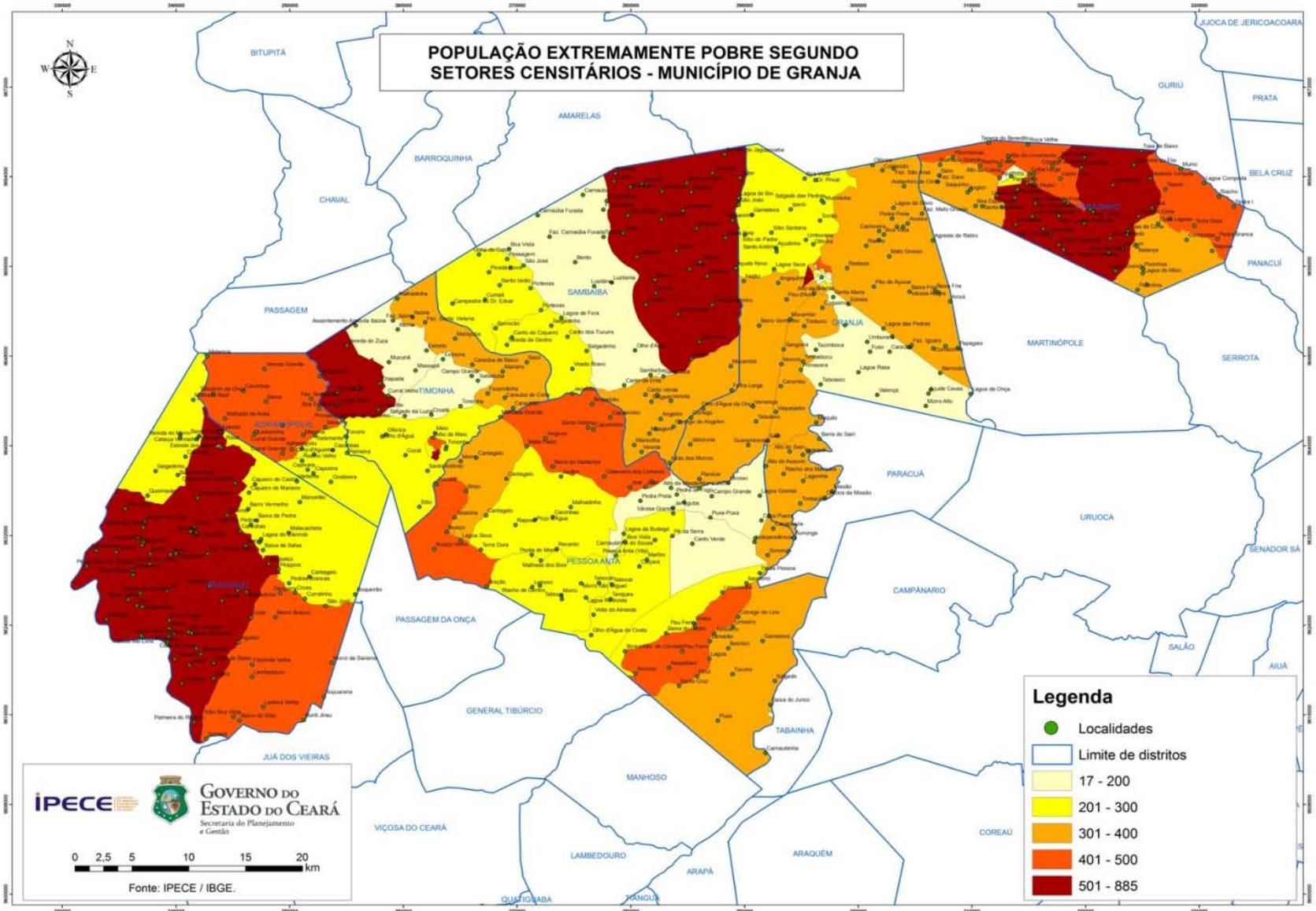


SELEÇÃO DAS ÁREAS ATENDIDAS - PADIN

A partir dos dados do Censo Demográfico 2010 será proposto um método de focalização de acordo com a distribuição geográfica da incidência de pobreza e sua distribuição demográfica.

A construção de mapas de pobreza por setores censitários permitirá definir com maior precisão as áreas que receberão visitas domiciliares para a aplicação de questionários sobre as condições socioeconômicas (*baseline survey*) dos potenciais beneficiários do PADIN.

POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS - MUNICÍPIO DE GRANJA



Legenda

- Localidades
- Limite de distritos
- 17 - 200
- 201 - 300
- 301 - 400
- 401 - 500
- 501 - 885

IPECE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria do Planejamento e Gestão

0 2,5 5 10 15 20 km

Fonte: IPECE / IBGE.

INDICADORES - PADIN

O instrumento utilizado para a mensuração do desenvolvimento infantil será o Ages and Stages Questionnaires – ASQ-3 e ASQ-SE.

O ASQ-3 é um instrumento de detecção de problemas no desenvolvimento infantil para idades pré-escolares entre 2 a 66 meses em cinco domínios do desenvolvimento:

- I. Comunicação,
- II. Coordenação motora ampla,
- III. Coordenação motora fina,
- IV. Resolução de problemas,
- V. Pessoal-social.

Nas páginas seguintes você encontrará perguntas sobre atividades que um bebê pode realizar. O bebê pode já ter feito algumas dessas atividades e outras ainda não. Marque **SIM** se o bebê realiza a atividade regularmente, **ÀS VEZES** se realiza eventualmente e **AINDA NÃO** caso não tenha começado a realizar a atividade.

Lembretes importantes:

- Tente cada atividade com o bebê antes de dar uma resposta.
- Faça do preenchimento deste questionário uma diversão para você e o bebê.
- Tenha certeza de que o bebê está descansado e alimentado.
- Por favor, devolva este questionário até _____

Notas:

COMUNICAÇÃO

	SIM	ÀS VEZES	AINDA NÃO	
1. O bebê emite gritos agudos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
2. Quando está brincando com sons, o bebê faz ruídos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
3. Quando você está fora da vista do bebê e o chama, ele olha na direção de onde vem a sua voz?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
4. Quando ocorre um barulho alto, o bebê se vira para ver de onde veio o som?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
5. O bebê produz sons parecidos com "dá", "gá", "cá" e "bá"?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
6. Se você imita os sons que o bebê faz, ele repete de volta?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
COMUNICAÇÃO: TOTAL				___

COORDENAÇÃO MOTORA AMPLA

	SIM	ÀS VEZES	AINDA NÃO	
1. Quando o bebê está deitado de barriga para cima, ele levanta as pernas alto o suficiente para ver os próprios pés?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
2. Quando o bebê está de barriga para baixo (bruços), ele estica os dois braços e levanta seu peito do chão ou cama?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
3. Quando deitado de barriga para cima, o bebê rola e fica de barriga para baixo (bruços), sem deixar os braços debaixo do corpo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___
4. Quando você coloca o bebê no chão, ele se apoia nas mãos enquanto está sentado? (Se ele já fica sentado sem se apoiar nas mãos, marque "sim" para este questionário.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	___



INDICADORES - PADIN

As informações sobre a qualidade da interação entre os cuidadores e as crianças serão coletadas através do Caregiver-Language Checklist (CLC) (NICHD Child Care Research Network, 1996).

Além disso, serão coletados dados sobre a qualidade do ambiente doméstico para o desenvolvimento da criança por meio do inventário Home Observation for the Measurement of the Environment (HOME).

As sub-escalas do HOME tem seis componentes: capacidade de resposta emocional e verbal do cuidador; ausência de restrição / punição, organização do ambiente físico e temporal, a disponibilidade de materiais, brinquedos e jogos apropriados; grau de envolvimento do cuidador com a criança; variação na estimulação diária.

INDICADORES - PADIN

Serão coletados dados também sobre a expectativa da mãe sobre o impacto do investimento da família no desenvolvimento da criança.

Uma pesquisa vai criar dois cenários hipotéticos de investimento (alto e baixo). Um entrevistador perguntará em que idade a mãe acredita que uma criança normal vai aprender um item do ASQ-3 se o investimento é "alto". O entrevistador fará a mesma pergunta para o cenário em que o investimento é baixo.

Com essas respostas, é possível estimar a expectativa da mãe em relação ao desenvolvimento da criança para cada cenário de investimento. Estamos interessados na diferença de expectativa entre os dois cenários.

4. O Marco Lógico no âmbito dos Projetos do FECOP

O Marco Lógico no âmbito dos Projetos do FECOP

O Marco Lógico de um projeto social pode ser sintetizado em uma matriz 4 x 4 composta por um conjunto de aspectos logicamente ordenados de uma intervenção.

Essa estrutura permite uma visão imediata dos resultados e impactos esperados, facilitando o monitoramento e a avaliação sistemática do cumprimento das metas estabelecidas em cada etapa do projeto.

O Marco lógico, ou matriz lógica, está baseado em dois princípios:

- Primeiro, as relações de causa-efeito (lógica vertical) entre os diferentes elementos de um projeto –atividades, produtos, resultados e impactos;
- Segundo, o princípio da correspondência (lógica horizontal), que vincula cada nível de objetivos à medição do resultado e às condições que podem afetar sua execução e posterior desempenho.

MARCO LÓGICO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos e Riscos
Impactos	Objetivos de longo prazo do projeto. É o objetivo mais amplo para o qual o projeto contribui.	Sinalizam uma situação ou estado qualquer.	Fontes de verificação para elaborar os indicadores de em cada nível.	Condicionalidades que podem se interpor à consecução dos objetivos e metas do projeto.
Resultados	Descreve a contribuição imediata do projeto para resolver um determinado problema ou demanda pública.	Podem ser traduzidos em número e/ou percentual		Situam-se fora da governabilidade do projeto, mas admitem a influência do gestor.
Produtos	Entregas resultantes das atividades do projeto.			
Atividades	Esforço a ser desenvolvido por meio de ações que levem à obtenção dos produtos especificados.			
Insumos	São os recursos necessários para a execução das atividades do projeto.			

O Marco Lógico no âmbito dos Projetos do FECOP

As informações contidas no ML devem permitir responder as seguintes questões:

- Por que o projeto deve ser realizado?
- Qual o seu objetivo e quais as mudanças a serem alcançadas?
- Como se pretende produzir as mudanças desejadas?
- Quais as condições externas (riscos) influenciam o alcance dos resultados e dos seus efeitos?
- Como é possível identificar o alcance das melhorias e mudanças?

Lógica Vertical (Modelo Lógico)

A matriz do marco lógico permite explicitar a cadeia de suposições e hipóteses que ligam atividades e produtos a resultados e impactos. A matriz constrói os supostos de causalidade e permite verificar a coerência lógica da proposta.

A lógica de um projeto consiste, portanto, em uma série de hipóteses vinculadas: se realizarmos as atividades previstas teremos os produtos; se estes forem produzidos, então se alcançarão os resultados, esses, uma vez atingidos, contribuem para o impacto.

Lógica Horizontal: Indicadores, Meios de Verificação e Riscos

Para cada elo do modelo lógico (atividades, produtos, resultado e impacto) deve-se mostrar empiricamente o alcance de cada objetivo por meio de indicadores verificáveis, indicar as fontes de dados utilizadas para a construção destes indicadores e enumerar os riscos associados a cada nível da intervenção.

Esses elementos constituem, respectivamente, a segunda, a terceira e a quarta coluna da matriz.

Indicadores

A segunda coluna da matriz - indicadores verificáveis - consiste na descrição de como comprovar o alcance de um resultado. Os indicadores servem como parâmetro para a avaliação de um programa ou projeto.

Os indicadores devem ser pensados como padrões de medidas definidas para captar as mudanças na realidade. Nem sempre eles estão prontos. Às vezes, é necessário construí-los sob medida para o que queremos medir.

O processo de construção dos indicadores parte sempre de certa concepção sobre como a realidade deve ser capturada. Para cada concepção são apontadas dimensões, que se traduzem em variáveis, que, por sua vez, materializam-se em indicadores que buscam expressar essa realidade.

Indicadores

Na medida em que especificam cada objetivo de maneira precisa e incluem metas específicas que permitem medir se os resultados pretendidos em cada nível de intervenção foram alcançados, os indicadores constituem uma base fundamental e suporte para o monitoramento e a avaliação do projeto.

Meios de Verificação

A terceira coluna do marco lógico - meios de verificação - indica onde se encontram as informações sobre os indicadores e explicita tanto a fonte de onde serão obtidas as informações quanto os meios de obtê-los.

Basicamente, existem dois tipos básicos de fontes: secundárias, nas quais os dados são recolhidos regularmente, e com frequência são publicados; e primárias, que se referem à coleta e à produção da informação por parte da equipe executora ou avaliadora do projeto.

As fontes secundárias são menos custosas, embora os dados possam requerer tabulação ou processamento para serem aplicados à população-objetivo. Entretanto, se não há fonte secundária, temos que considerar a coleta de dados, o que implica custos adicionais.

Meios de Verificação

Quando se estrutura essa coluna, delineiam-se os elementos centrais para a montagem de um sistema de informações gerenciais que constitui a referência central para a avaliação de um projeto ou programa.

Riscos

A quarta coluna tem como objetivo identificar as condições que não fazem parte diretamente da intervenção do projeto, mas que podem interferir nos resultados.

Os riscos abrangem o conjunto de fatores fora da influência direta da gerência do projeto, mas que são importantes para o resultado da intervenção.

O mapeamento desses fatores tem como objetivo minimizar as chances de fracasso da intervenção, identificando o que pode dar errado.

Construção de Indicadores

Frequentemente salienta-se a dificuldade de se estabelecer indicadores para os objetivos norteadores de grande parte das intervenções na área social, que buscam alterar condições, comportamentos, valores e atitudes e são, portanto, permeados de subjetividade.

Apesar das dificuldades para mensurar resultados pouco tangíveis ou para captar mudanças de natureza subjetiva, elas não podem funcionar como justificativa para não se adotar a avaliação como instrumento do processo de gestão.

Como garantir que as famílias atendidas por um programa estão sendo incluídas socialmente?

Construção de Indicadores

Para dizer isso, é necessário partir de uma decomposição da pergunta: o que quer dizer inclusão social? Como ela pode ser verificada empiricamente? Que dimensões estão envolvidas nessa concepção?

As evidências empíricas da inclusão podem ser várias, e vão depender do entendimento que se tem da concepção e de suas dimensões.

Construção de Indicadores

Os indicadores devem ser definidos com base nos seguintes atributos:

- a) validade: capacidade de o indicador medir o fenômeno que se pretende medir;
- b) confiabilidade: qualidade dos dados que servem de base para o cálculo do indicador;
- c) sensibilidade: deve ser para captar mudanças provocadas pela intervenção;
- d) desagregação: o nível territorial ao qual se refere o indicador;
- e) periodicidade: intervalo de tempo em que o indicador é atualizado.

Monitoramento

As atividades de monitoramento são desenvolvidas durante a execução do projeto e permitem verificar o seu andamento com relação a objetivos e metas, viabilizando, se necessário, redirecionar, ou mesmo, redesenhar algumas ações que se comportaram de forma não prevista.

Não se pode monitorar o que não pode ser medido, portanto, os indicadores são ferramentas fundamentais para tornar possível uma ação efetiva de monitoramento.

Avaliação

Os estudos de avaliação podem ter como objeto as seguintes dimensões:

a) Processos: estudos sobre os pontos que favorecem ou dificultam os processos de implementação da política ou programa, aí incluídos seu desenho, dimensões organizacionais e institucionais.

b) Resultados, que englobam:

– desempenho: que se refere aos “produtos” do programa, tais como definidos em suas metas;

– impacto: mudanças na situação dos beneficiários, provocadas diretamente pelo programa. As avaliações de impacto procuram, por meio de desenhos experimentais ou quase-experimentais, comparar dois grupos similares da população, medindo as diferenças observadas entre eles, decorrentes da participação ou não em um programa social.

Avaliação

Quando se pensa em prós e contras de desenhos e métodos para se contratar pesquisas, do ponto de vista da gestão pública, existem pelo menos quatro elementos de uma equação que devem ser ponderados:

- i. os objetivos da pesquisa, ou o que se quer saber sobre o programa;
- ii. os recursos financeiros disponíveis;
- iii. as fontes de dados disponíveis; e
- iiii. o tempo em que se quer obter resultados.

A escolha do desenho e, conseqüentemente, dos métodos vai depender das perguntas que se quer responder, dos recursos e das fontes de dados disponíveis e do tempo em que se quer obter as resposta.

Avaliação

As avaliações de impacto, realizadas por meio de desenhos experimentais ou quase-experimentais procuram estabelecer relações de causalidade, usando métodos quantitativos de coleta de dados e modelos estatísticos e econométricos para analisá-los. Esses desenhos possuem alta legitimidade na comunidade internacional de avaliação e permitem a realização de estudos abrangentes, com grandes amostras populacionais.

Estudos de avaliação são sempre pesquisas aplicadas, cujos resultados servem ao mesmo tempo como instrumento de melhoria da gestão e *accountability* da política, uma vez que permite que os resultados de investimentos públicos sejam julgados com base em evidências empíricas.

Obrigado.

jimmy.oliveira@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Fone: (85) 3101-3507

IPECE - Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

• Cambeba • Cep 60.822-325 • Fortaleza / Ceará

Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 - Fax: (85) 3101-3500